



UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO

PRÓ-REITORIA DE GRADUAÇÃO

INSTITUTO MULTIDISCIPLINAR

DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA E ECONOMIA

CINCO DÉCADAS DE REDENÇÃO (1764-1816):

**Uma análise das origens, objetivos e funções sociais da Casa de Recolhimento de Santa
Teresa de Itaipu, sua relação patrimonial com o MAI/MUSAI e as permanências do
Patriarcado**

KELLY PINHEIRO LIRA

ORIENTADOR: MARCOS JOSÉ DE ARAÚJO CALDAS

NOVA IGUAÇU – RJ

JUNHO / 2018

Kelly Pinheiro Lira

CINCO DÉCADAS DE REDENÇÃO (1764-1816):

Uma análise das origens, objetivos e funções sociais da Casa de Recolhimento de Santa Teresa de Itaipu, sua relação patrimonial com o MAI/MUSAI e as permanências do Patriarcado

Monografia apresentada ao término do curso de Graduação em História da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro como requisito parcial para a obtenção do título de Licenciatura em História.

Orientador: Dr. José Marcos de Araújo Caldas

Co-orientadora: Msc. Sílvia Alves Peixoto

Nova Iguaçu - RJ

Junho / 2018

FICHA CATALOGRÁFICA

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Biblioteca Central / Seção de Processamento Técnico

Ficha catalográfica elaborada
com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

Lc Lira, Kelly Pinheiro, 1992-
 CINCO DÉCADAS DE REDENÇÃO (1764-1816): Uma análise
das origens, objetivos e funções sociais da Casa de
Recolhimento de Santa Teresa de Itaipu, sua relação
patrimonial com o MAI/MUSAI e as permanências do
patriarcado / Kelly Pinheiro Lira. - 2018.
 46 f.

 Orientador: Marcos José Caldas de Araújo.
 Coorientadora: Sílvia Alves Peixoto.
 Monografia(Especialização). -- Universidade Federal
Rural do Rio de Janeiro, História, 2018.

 1. Recolhimento de Santa Teresa de Itaipu. 2.
Educação Patrimonial. I. Caldas de Araújo, Marcos
José, 1969-, orient. II. Peixoto, Sílvia Alves, -,
coorient. III Universidade Federal Rural do Rio de
Janeiro. História. IV. Título.

PRÓ-REITORIA DE GRADUAÇÃO
INSTITUTO MULTIDISCIPLINAR
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA E ECONOMIA

Kelly Pinheiro Lira

CINCO DÉCADAS DE REDENÇÃO (1764-1816):

Uma análise das origens, objetivos e funções sociais da Casa de Recolhimento de Santa Teresa de Itaipu, sua relação patrimonial com o MAI/MUSAI e as permanências do Patriarcado

Monografia apresentada à Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro como requisito parcial para a obtenção do título de Licenciatura em História.

Monografia defendida em 12/07/2018

BANCA EXAMINADORA

Dr. Marcos José de Araújo Caldas (Orientador)

Msc. Sílvia Alves Peixoto (Co-orientadora)

Dr. Raquel Alvitos Pereira

Dr. Nely Feitoza Arrais

Nova Iguaçu - RJ

Junho / 2018

AGRADECIMENTOS

Primeiramente agradeço a Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, por me proporcionar os recursos necessários para que fosse possível a conclusão deste curso. A cada membro do corpo docente deixo uma palavra de gratidão porque reconheço o esforço e a paciência de todos, sem exceção. Sou grata também a todos os demais membros responsáveis pelo pleno funcionamento da Universidade.

Agradeço aos meus pais, Marilisa Lopes e Francisco de Assis, que me deram incentivo nas horas difíceis, me acompanharam, apoiaram e acreditaram em mim. Sou grata também aos amigos que estiveram sempre ao meu lado e participaram direta ou indiretamente da minha vida acadêmica, em especial a uma nova amiga que adquiri no meio dessa jornada, Marina Coppoli, que me auxiliou principalmente durante o período de pesquisa. Ao meu companheiro Thales Trabbold, que me estimulou e compreendeu minhas ausências pelo tempo dedicado aos estudos e horas de estresse, muito mais que agradecimentos! Você merece um prêmio por excelência referente à sua paciência comigo.

Por fim agradeço ao professor Marcos José de Araújo Caldas, responsável pela orientação deste trabalho e por ter colocado em meu caminho, minha co-orientadora Sílvia Alves Peixoto, igualmente responsável pela orientação desse trabalho. Agradeço a vocês pela sugestão referente ao tema deste trabalho, que com certeza desejo levar adiante. Saibam que vocês são pessoas maravilhosas e são também a resposta da pergunta: Kelly, o que você quer ser quando crescer?

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho à todas as mulheres que tiveram suas vozes caladas.

RESUMO

O presente trabalho aborda a antiga Casa de Recolhimento de Santa Teresa, localizada na freguesia de Itaipu, em Niterói, e as mulheres que nela foram recolhidas no período de 1764 a aproximadamente 1815-1816. A pesquisa perpassa a análise das origens, objetivos e as funções sociais das casas de recolhimento em geral, com o intuito de contextualizar o período em que essas instituições funcionaram e se aprofunda sobre a história específica da Casa de Recolhimento de Santa Teresa. A pesquisa busca compreender como a sociedade da época enxergava o sexo feminino, bem como identificar as permanências sociais e como elas ainda ecoam, regulando e influenciando na vida das mulheres atualmente.

Cabe ainda, como um dos desdobramentos da pesquisa, analisar o processo museológico referente ao Museu de Arqueologia de Itaipu / Museu SocioAmbiental de Itaipu – MAI/MUSAI, fundado em 1977 e situado justamente no terreno onde se encontram os remanescentes do antigo Recolhimento de Santa Teresa, com vistas a compreender a relação entre o museu e a história e memória social do recolhimento. Nesse contexto, cabe ressaltar a importância da educação patrimonial como ferramenta no que se refere à proteção, preservação do bem material, estabelecendo uma narrativa de inclusão com a representatividade feminina na sociedade brasileira.

Palavras-Chave: Casa de Recolhimento de Santa Teresa de Itaipu, Educação Patrimonial, sociedade patriarcal.

ABSTRACT

This study investigates the former Reclusion House of Santa Teresa, located in the parish of Itaipú, Niterói, and the women that resided there between the years of 1764 and approximately 1815-1816. The paper provides a general outline of the analysis of the origins, objectives and the social functions of reclusion houses, contextualizing how these institutions functioned, before focusing specifically on the history of the Reclusion House of Santa Teresa. The research seeks to understand how the society of the time viewed women and to what extent these social barriers still restrict and influence the lives of women today.

Finally, this paper will also analyze the museum management process of the Archaeology Museum of Itaipú / Socio-Environmental Museum of Itaipú (MAI/MUSAI) which, founded in 1977, is located in the remaining structure of the old reclusion house of Santa Teresa, aiming to understand the relationship between the Museum and the history and social memory of the reclusion house. Overall, it's important to emphasize the role of heritage education as a tool for protection, the preservation of material culture, establishing inclusive narratives regarding the female representation in Brazilian society.

Keywords: Reclusion House of Santa Teresa of Itaipu, Heritage Education, patriarchal society.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	10
CAPÍTULO 1	13
1.1 O TOMBAMENTO DAS RUÍNAS DO RECOLHIMENTO DE SANTA TERESA.....	13
1.2 A MUSEALIZAÇÃO DO MAI/MUSAI	17
CAPÍTULO 2	22
2.1 ORIGENS, OBJETIVOS FUNÇÕES SOCIAIS DAS CASAS DE RECOLHIMENTO ..	22
CAPÍTULO 3	27
3.1 O RECOLHIMENTO DE SANTA TERESA DE ITAIPU.....	27
CAPÍTULO 4	32
4.1 EDUCAÇÃO PATRIMONIAL E PERMANÊNCIAS DO PATRIARCADO.....	32
CONCLUSÃO.....	35
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	36
ANEXOS.....	38
ANEXO A – Solicitação de Tombamento	38
ANEXO B – Planta de situação de terreno de Marinha	39
ANEXO C – Texto: Memórias Históricas do Rio de Janeiro.....	40
ANEXO D – Inscrição dos remanescentes no livro de tombo	41
ANEXO E – Carta enviada ao Vice Rei.....	42
ANEXO F – Carta com solicitação de enclausuramento	43
ANEXO G – Fotografia antiga do Recolhimento	44
ANEXO H – Fotografia recente do Recolhimento.....	44
ANEXO I – Planta baixa do MAI/MUSAI	45
ANEXO J – Planta baixa do Recolhimento da Santa Casa de Misericórdia.....	46

INTRODUÇÃO

A Casa de Recolhimento de Santa Teresa foi uma instituição destinada a mulheres que na última metade do século XVIII se encontravam à margem da sociedade da época e suas diretrizes. A pesquisa consiste de algumas etapas de investigação: (1) estabelecer a relação entre o MAI/MUSAI ¹ e as ruínas do Recolhimento de Santa Teresa, para isso analisando-se o processo museológico, bem como o processo de tombamento dos remanescentes do Recolhimento; (2) efetuar uma breve análise quanto às origens dessas instituições, bem como seus objetivos e funções sociais, com vistas a compreender os valores e mentalidades da sociedade brasileira à época; (3) abordar mais detidamente a Casa de Recolhimento de Santa Teresa a partir de fontes documentais, analisando-se seu funcionamento ao longo do tempo e o perfil das mulheres que nela foram recolhidas; e (4) refletir sobre as permanências sociais desse tipo de mentalidade na sociedade atual, especialmente na vida das mulheres.

Cabe ressaltar, contudo, que desafortunadamente as fontes históricas disponíveis acerca da Casa de Recolhimento de Santa Teresa são escassas, principalmente em função de um incêndio ocorrido no prédio do arquivo da Igreja de São Sebastião de Itaipu na década de 1970, que acabou por sublimar muitos documentos (CUNHA, 2014, p. 19). No arquivo da Cúria Metropolitana de Niterói, não foi possível obter informações, porém, durante uma pesquisa realizada a partir dos livros de óbitos de 1777 e de 1779-1781, foi observado que as certidões de mulheres, especialmente as escravas, não continham sequer sobrenome e eram sempre aludidas como escravas, esposas ou propriedade de alguém. A *causa mortis* na maioria das vezes não era definida, e quando era, apresentava-se como morte súbita ou inesperada. Por fim, foi encontrada uma única certidão no livro de óbito de 1777 que se referia muito possivelmente à morte de uma recolhida que ocorreu no mês de maio. No entanto, não foi possível identificar seu nome, e aparentemente o nome de seu marido não foi mencionado.

Trata-se de uma sociedade colonial, patriarcal, hierarquizada e altamente dicotômica, o que significa dizer que coexistem negros e brancos, escravos e livres, pobres e ricos. Essa

¹ Conforme deferido pela, hoje, ex-diretora do museu, Maria de Simone Ferreira, no Plano museológico de 2011 – 2014, o MAI está passando por um processo jurídico de mudança do nome que ainda se encontra em curso, de forma que foi orientado o uso conjunto do antigo nome, Museu de Arqueologia de Itaipu, e do novo, Museu SocioAmbiental de Itaipu, amálgama que será mantido no presente trabalho.

hierarquização também se aplicava, em grande medida, às mulheres e variava de acordo com sua posição dentro da sociedade (CUNHA, 2014, p. 13). Nesse sentido, é importante salientar que as casas de recolhimento tinham papel múltiplo para a sociedade, pois, não obstante terem um caráter particular, estavam a serviço do “bem comum”, abrigando e em última instância isolando e afastando da sociedade mulheres que “precisavam de proteção, correção ou até mesmo educação” (CUNHA, 2014, p. 9).

Tendo em vista que o Museu de Arqueologia de Itaipu / Museu SocioAmbiental de Itaipu – MAI/MUSAI se encontra instalado nas ruínas do Recolhimento de Santa Teresa, a primeira etapa do presente trabalho consiste em estabelecer a relação entre o museu e o lugar de história e memória onde se localiza, um bem já tombado pelo IPHAN e que “independente das funções museológicas que viria a desempenhar, (...) já era matéria de preocupação quanto a sua conservação, tendo em vista seus valores históricos e artísticos” (FERREIRA, 2012, p. 9).

Para tanto, será explorado como o processo de construção e manutenção de memória em museus se desenvolve, sendo fundamental para isso compreender o papel da museologia, uma vez que é a partir dela que se consegue traçar caminhos que permitem entender a própria função de um museu. No que concerne o MAI/MUSAI, é sabido que ele se apresenta como mediador entre a comunidade e suas memórias, e “se trata de uma memória não só da Arqueologia, dos povos sambaquianos que habitaram a região, mas também da memória da comunidade, que cuidou das Ruínas, (...) que também é um lugar de memória” (SOUZA, 2008, p. 6).

Existe na região de Itaipu, uma comunidade de pescadores que outrora reconheceu a importância histórica das ruínas do Recolhimento de Santa Teresa e interveio de forma positiva para a inscrição dos remanescentes no Livro de Tombo em 1955. Em 1977 o museu é criado a partir da coleção de Hildo de Mello Ribeiro, um pescador e morador da região que colecionava artefatos arqueológicos, apesar de desconhecer os métodos científicos para a coleta de materiais referentes aos povos sambaquieiros que habitaram a região, e alguns poucos achados arqueológicos relacionados ao Recolhimento.

Como mencionado anteriormente, a escassez de documentos acerca do Recolhimento Santa Teresa é um fato que contribui para a formação dessa lacuna existente entre o período de ocupação pelos povos pré-históricos e a reivindicação da Colônia de pescadores pelo

espaço. Sabemos que entre esse pré e pós existiu uma instituição que enclausurou mulheres e sabemos ainda que dessa instituição só sobraram as ruínas.

No segundo capítulo desse trabalho será apresentado o contexto histórico no qual surgiram as casas de recolhimento, com vistas a caracterizar e analisar para que e como funcionaram, e o porquê de se fazer necessário isolar mulheres do convívio social. O terceiro capítulo se dedicará ao Recolhimento de Santa Teresa propriamente dito, seguido de um quarto que consistirá em traçar um paralelo entre o último estágio da sociedade colonial e seus valores com as suas permanências patriarcais, ainda tão presentes. Por fim, estabelecer como a Educação Patrimonial pode contribuir para que a manutenção de memórias forje entre a comunidade o sentimento de representatividade.

CAPÍTULO 1

1.1 O TOMBAMENTO DAS RUÍNAS DO RECOLHIMENTO DE SANTA TERESA

Visando à melhor compreensão da história do edifício do Recolhimento de Santa Teresa, com o propósito de elencar seus valores arquitetônicos e históricos, que atualmente abriga o Museu de Arqueologia de Itaipu / Museu SocioAmbiental de Itaipu, é necessário regressar no tempo e analisar como se deu o processo de tombamento desse bem².

Em 16 de julho de 1946, o arquiteto Alcides da Rocha Miranda escreve ao então Diretor da Divisão de Estudos e Tombamentos, solicitando o tombamento do Recolhimento de Santa Teresa³:

O convento de Santa Tereza em Itaipú (Niterói, Estado do Rio) foi fundado em 1764 por Manuel da Rocha. Embora algumas de suas dependências já tenham desaparecido, o corpo principal do edifício ainda permanece com todas as suas características. Trata-se de uma grande construção em alvenaria de pedra com molduras de cantaria. (...) A predominância das linhas horizontais, devido à pouca altura do pé direito e à grande largura dos vãos, dá-lhe um aspecto de calma solidez. Não existe simetria no conjunto, mas há elementos dispostos simetricamente em relação à entrada principal, que parece ser o centro de uma composição que não chegou a seu fim.

Essa bela construção do século XVIII acha-se situada num trecho da praia de Itaipú que está sendo loteado para fins comerciais; torna-se portanto urgente sua inscrição nos Livros do Tombo afim de podermos tomar medidas tendentes a preservá-la (IPHAN, processo 0365-T-46. p. 1).

Em julho deste mesmo ano, o diretor geral do DPHAN, Rodrigo Melo Franco, solicita ao prefeito de Nova Iguaçu, Paulino de Souza Barbosa, que verifique se na localidade de Itaipu, onde estavam localizadas as ruínas do Recolhimento, havia algum registro referente ao proprietário. Em resposta, o prefeito informa que a localidade está sob a jurisdição do município, mas que nada havia sido encontrado com referência às ruínas (pp. 2 – 3).

Em 25 outubro, Rodrigo Melo Franco encaminha à Prefeitura de Niterói a seguinte solicitação:

Tendo verificado que foram empreendidas no recinto das Ruínas Convento Santa Teresa de Itaipu obras cuja orientação e objetivos importarão em desfigurar aquele valioso monumento com prejuízo grave patrimônio Histórico desse município solicito encarecidamente a V. Excia. queira intervir sentido aludidas obras serem embargadas afim dos interessados submeterem respectivo projeto ao estudo e aprovação desta Diretoria (...) (IPHAN, processo 0365-T-46. p. 8).

² IPHAN, processo 0365-T-46 – Seção de História.

³ Para ler a solicitação de Tombo na íntegra, ver Anexo A.

Em outubro, o diretor do DPHAN envia uma nova nota:

Verificando que prosseguem obras prejudiciais no recinto convento de Santa Tereza de Itaipú reitero maior empenho solicitação transmitti V. Excia sentido determinar sejam embargadas referidas obras que constituirão grave atentado contra aspecto tradicional aquêlê valioso monumento (p. 9).

Finalmente, em novembro o Prefeito Castro Guimaraes informa que:

(...) desde seis novembro corrente foram embargadas obras Ruínas convento Santa Teresa aplicada multa exigida demolições cabine prazo prefixado assegurando desse modo superiores prerrogativas do nosso patrimônio historico artístico (...) (p. 10).

Em março de 1948, o diretor geral do DPHAN envia uma nova solicitação, desta vez à Prefeitura de Niterói, para que se verifiquem os registros sobre os proprietários do local onde estavam as ruínas (p. 6). Em 7 de abril deste mesmo ano, Rodrigo Melo Franco encaminha novamente à Prefeitura de Niterói:

Acaba de chegar ao conhecimento desta Diretoria que foi localizada uma usina elétrica no interior das Ruínas do precioso Convento de Santa Tereza, de Itaipú, provocando desmoronamento de parte dos Remanescentes daquele monumento e ameaçando ainda o resto do edifício em consequência da trepidação do enorme motor movido a óleo gerador de luz.

À vista do exposto, venho solicitar a V. Excia. queira ordenar as providências necessárias no sentido da usina em causa ser instalada em outro local, afim de se preservarem os Remanescentes do aludido Convento de Itaipú, considerado obra de arquitetura de valor histórico excepcional. (IPHAN, processo 0365-T-46. p. 12)

Em resposta, o Prefeito José Ignacio da Rocha Werneck diz que o local estava em posse da Companhia Territorial Itaipu S.A. (p. 7).

Em novembro de 1948, o DPHAN envia o seguinte ofício ao secretário do governo do Estado:

Acha-se esta repartição empenhada em assegurar a conservação das Ruínas do antigo convento de Santa Teresa (...) trata-se de Remanescentes de valioso monumento do século XVIII (...)” (p. 14). O diretor do DPHAN informa ainda que “não se tendo esclarecido as dúvidas quanto à propriedade legal do terreno e da construção, consulta a possibilidade de o Governo do Estado do Rio de Janeiro, chamar pra si a preservação daquele monumento” (p. 15), sob a justificativa de que os particulares desfiguram ou ameaçam as Ruínas por conta de mau uso do bem, ou seja, com projetos de novas obras prejudiciais bem como a instalação de motor elétrico.

Já na década de 1950, a colônia de pescadores local solicita ao DPHAN providências acerca do tombamento das ruínas, localizado parcialmente em terreno da Marinha. Luis Isidoro Leivas, presidente da Colônia de Pescadores Z-10 – RJ, informa ainda que na delegacia da diretoria do domínio da União no Estado do Rio de Janeiro, existe uma planta arquivada sob o número 94 que determina com exatidão a área de terreno de Marinha⁴ (p. 17). A colônia de pescadores se interessava em tomar posse do local para transformá-la em sua sede administrativa, e em 1954 o Governo do Estado do Rio de Janeiro emite uma carta ao então presidente Getúlio Vargas solicitando que examine a possibilidade de ceder os remanescentes à colônia, que se comprometia a respeitar o estilo barroco das ruínas (p. 21).

Carlos Drummond de Andrade, chefe da Seção de História, informa, em resposta, que as ruínas passavam por um processo de tombamento ainda não concluído, entretanto, caso o imóvel fosse cedido à colônia para a realização de obras ou qualquer outro tipo de intervenção similar à que o local pudesse ser submetido, seria necessária a autorização prévia por parte do DPHAN (p. 22). O DPHAN concorda com a sugestão de Carlos Drummond de Andrade sobre a necessidade de consultar a instituição, DPHAN, antes de qualquer tipo de obra no local, caso as ruínas fossem cedidas à comunidade. E com o objetivo de contribuir com a investigação do direito de propriedade acerca das ruínas, o DPHAN anexa ao processo uma cópia do texto *Memórias Históricas de Monsenhor Pizarro e Araujo*, relativas ao imóvel. (p. 23)⁵.

Em setembro de 1954, o DPHAN envia uma cópia do texto citado anteriormente ao Dr. Vilhema de Moraes, Diretor do Arquivo Nacional, e solicita que seja investigado se há alguma documentação a respeito em seus arquivos, dizendo que “(...) esta diretoria tem diligenciado por proteger as Ruínas imponentes que subsistem daquela instituição, mas até hoje não conseguiu inscrevê-las nos Livros do tombo, pela dúvida acerca de quem será atualmente o respectivo proprietário” (p. 24). Em resposta, o Arquivo Nacional informa que nada consta com referência ao Recolhimento (p. 25).

Finalmente, em janeiro de 1955 os remanescentes do Recolhimento de Santa Teresa são inscritos no Livro de Tombo de Belas Artes sob o nº 425, fl. 80 do livro de Tombo nº 3.

⁴ Vide anexo B.

⁵Para ler o texto *Memórias Históricas do Rio de Janeiro*, do Monsenhor José de Souza Azevedo Pizarro e Araújo, ed. do Instituto Nacional do Livro, 1946, 4º vol., p. 80 a 83: “S. Sebastião de Itaipú.”, na íntegra, ver anexo C.

(p. 27)⁶. Não obstante o tombamento, nos anos seguintes ainda é possível identificar usos indevidos das ruínas por parte da Companhia Territorial de Itaipu S/A, que mantinha em funcionamento no local um gerador a óleo que vinha danificando os remanescentes (p. 35 e 37), além de ocupação indevida por parte de residentes irregulares, conforme consta no mandato de desocupação expedido pelo Juiz Dr. Joviniano Caldas de Magalhães em setembro de 1969 (p. 50):

Após o tombamento do que restou do Recolhimento em 1955, as sucessivas correspondências expedidas pela presidência da Colônia de Pescadores demonstravam preocupação com a preservação do monumento e solicitavam ao Governo do Estado e ao então DPHAN que retirassem dali a Casa de motor da Companhia Territorial Itaipu, proprietária do terreno, para que o bem viesse a servir de sede à Colônia.

A Companhia Territorial Itaipu, por sua vez, dirigiu-se ao DPHAN, acusando o interventor da Colônia de ocupar indevidamente as Ruínas do Recolhimento.

Apenas na década de 1960 que se começa a pensar no processo museológico do que viria a se tornar o Museu de Arqueologia de Itaipu. O arquiteto Edgard Jacintho, chefe do Departamento de Conservação e Restauração do DPHAN, dedicou-se ao projeto de criação de um museu a ser instalado nas ruínas do Recolhimento de Santa Teresa, um elo entre a história e a sociedade (IBRAM, Museu de Arqueologia de Itaipu, Coleção de Museus do IBRAM, 2014).

O tombamento, processo que consiste em um ato administrativo que se vale de legislações específicas que tem por intuito proteger os bens demandado significa, em última instância, reconhecer algo que apresenta valor para uma sociedade. Sendo assim, a inscrição dos remanescentes de Santa Teresa de Itaipu no Livro de Tombo do Instituto do patrimônio Histórico e Artístico Nacional - IPHAN confirma não apenas sua importância histórica, mas igualmente seu valor para a comunidade local, que reivindicou sua preservação.

⁶ Vide anexo D.

1.2 A MUSEALIZAÇÃO DO MAI/MUSAI

Os museus são instituições responsáveis pela preservação e conservação de bens materiais, e consequentemente pelas memórias neles contidas, que podem ser referentes a uma pessoa, uma cidade, um país etc. O museu é responsável por nos proporcionar uma reflexão acerca do passado, construir e imaginar o processo de evolução sobre determinada coisa e com isso refletir sobre nosso tempo. No que diz respeito aos remanescentes de Santa Teresa de Itaipu, um bem material que passa pelo processo de musealização, significa compreender que ele consiste de um papel fundamental para acessar um conhecimento há muito perdido, suprimido e negado. O processo de musealização do MAI/MUSAI é, portanto, parte fundamental das pesquisas sobre as origens, objetivos, funções sociais e o significado que sua própria estrutura, os remanescentes de Santa Teresa de Itaipu, tem a nos dizer.

Consideram-se museus, para os efeitos desta Lei, as instituições sem fins lucrativos que conservam, investigam, comunicam, interpretam e expõem, para fins de preservação, estudo, pesquisa, educação, contemplação e turismo, conjuntos e coleções de valor histórico, artístico, científico, técnico ou de qualquer outra natureza cultural, abertas ao público, a serviço da sociedade e de seu desenvolvimento. (Lei Nº 11.904, de 14 de janeiro de 2009.)⁷

A prática da Museologia⁸ consiste na conservação, restauração, classificação e apresentação de acervos em museus. Os museus têm por finalidade estabelecer um elo entre seu conjunto de conhecimentos científicos e a sociedade, promovendo educação e cultura: “Os museus podem ser vistos (...) como lugares que participam da preservação de determinados bens (...) de acordo com a capacidade humana de busca, curiosidade e estudo” (SOUZA, 2008, p. 2).

O Museu de Arqueologia de Itaipu / Museu SocioAmbiental de Itaipu – MAI/MUSAI, fundado em 1977, tombado pelo IPHAN, é vinculado ao Instituto Brasileiro de Museus – IBRAM. Está instalado nos remanescentes do Recolhimento de Santa Teresa em Itaipu, na

⁷ Disponível no site: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/lei/l11904.htm - Acesso 05/2018.

⁸ Parto do entendimento que a Museologia é a ciência que estuda a relação específica do homem com a realidade (MENSCH, Peter Van, 1994 apud SOUZA, Helena. V. L., 2008), segundo a autora “essa definição pode causar (...) estranheza para aqueles que não são muito próximos a área, porém ela é a que melhor engloba a visão que a museologia tem de si mesma: uma ciência que estuda a relação profunda entre o homem (...) e os objetos/bens culturais num espaço denominado museus (...), numa realidade historicamente determinada” (CHAGAS, 1996:31 apud SOUZA, Helena. V. L., 2008).

região Oceânica de Niterói, Rio de Janeiro. Trata-se, portanto, de um patrimônio histórico que é ao mesmo tempo museu⁹.

Segundo o plano museológico de 2011 – 2014, que dissertava sobre o projeto de criação de um museu no Recolhimento, este deveria se integrar diretamente ao seu entorno, estendendo-se aos sítios arqueológicos da região, bem como à comunidade local, cabendo ao acervo que abrigaria estabelecer tal relação.

O acervo museológico do MAI/MUSAI caracteriza-se por sua natureza arqueológica e abrange desde o período pré-colonial brasileiro, possivelmente referente à ocupação dos grupos sambaquieiros, (com datações de até 6.000 anos AP), ao período colonial, que tem como produto local a construção do Recolhimento de Santa Teresa¹⁰.

O MAI/MUSAI, de acordo com o IBRAM, tem como missão institucional “promover a valorização da memória das ocupações pré-cabralinas e posteriores de Niterói através da preservação, da pesquisa e da comunicação de seu acervo, visando ao acesso irrestrito aos patrimônios cultural e ambiental”¹¹. O que significa dizer que seus visitantes podem ter acesso a dois momentos distintos da História do Brasil.

Contudo, o MAI/MUSAI ainda se caracteriza por algumas deficiências, como por exemplo, a falta de pesquisas e escavações arqueológicas no próprio prédio histórico e nos sítios arqueológicos do entorno; a falta de documentação sobre o período que abrigou o Recolhimento de Santa Teresa; a pouca divulgação do acervo, dos eventos e das atividades do museu, dentre outros.

Nesse sentido, ao longo do mais recente plano museológico do MAI/MUSAI 2011 – 2014, podemos observar programas e projetos que anseiam por potencializar os objetivos do museu, por exemplo, com a criação de uma Associação de Amigos que tem por objetivo incentivar a participação junto às atividades do museu, e a formulação de uma política de aquisição de acervo, que sempre se deu a partir de doações, o que faz com que a sociedade mantenha seu papel ativo junto ao museu. No entanto, é necessário regulamentar os critérios de aceite das doações, logo, é indispensável uma comissão de estudo para essas questões.

⁹ Nesse sentido, a Museologia neste trabalho é utilizada como uma ferramenta complementar à questão da educação patrimonial, que, associada, nos permitem conceber e ampliar o acesso a conhecimentos outrora suprimidos.

¹⁰ Museu de Arqueologia de Itaipu. Coleção Museus do IBRAM, 2014. p. 58.

¹¹ Ibidem, p. 12.

Outro objetivo é intensificar a participação do MAI na Rede de Educadores em Museus do Rio de Janeiro – REM-RJ, de onde é membro ativo desde 2006, e onde encontra espaço para a discussão de estratégias e projetos de ação educativa em museus, e membro constitucional desde 2008 no Conselho Internacional de Museus – ICOM, onde faz parte do comitê de Arqueologia e História – ICMAH. No que diz respeito ao programa de exposições, o MAI/MUSAI carece de espaços cobertos para exposições mais tradicionais. Contudo, é preciso ressaltar que o museu se caracteriza principalmente pelas ruínas e seus pátios a céu aberto. Atualmente o museu conta uma exposição de longa duração chamada “Percursos do Tempo: Revelando Itaipu”, inaugurada em 2010, e conta com a coleção Hildo de Mello Ribeiro, Coleção de Remanescentes do Recolhimento de Santa Teresa, Coleção de Blocos Testemunho do Sambaqui de Camboinhas e Coleção Aureliano Mattos de Souza.

Para Saladino, em relação à coleção Hildo de Mello Ribeiro, os “vestígios arqueológicos (...) que Hildo coletou na Duna (...) remontam aos tempos pré-colombianos e revelam o *modus vivendi* dos grupos que ali se estabeleceram”¹², e destacam “um traço cultural (que) permanece na região há cerca de 7 mil anos: a subsistência com base na pesca”¹³. Ainda a respeito dessa coleção, Saladino nos informa que, apesar, de acordo com os cânones da Arqueologia, de a coleção não possuir valor científico por conta da ausência de estratigrafia, são importantes materiais didáticos que podem auxiliar em futuras pesquisas que forem desenvolvidas no sítio¹⁴.

Essas coleções retratam períodos distintos de Itaipu e são os principais canais de comunicação do museu com seus visitantes. O Plano Museológico prevê que para se “evitar uma nova defasagem em sua base teórica e expográfica, existe a necessidade de (...) revisão da exposição (...) para que se possa discutir uma possível renovação da mesma”¹⁵. Para além da exposição de longa duração, o MAI/MUSAI também se preocupa em promover exposições itinerantes, porém o maior impasse para isso é a irregularidade da periodicidade dos planejamentos, o que acaba por dificultar a execução adequada dessas exposições.

Outro aspecto interessante a respeito do Plano Museológico se refere à visita orientada, que começa com uma explanação breve dos temas já trabalhados na escola, sendo

¹² SALADINO, Alejandra. Museu de Arqueologia de Itaipu: Ações pessoal na institucionalização do patrimônio nacional. ANPUH – XXIII Simpósio nacional de História – Londrina, 2005. p. 5.

¹³ Ibidem.

¹⁴ Ibidem.

¹⁵ Museu de Arqueologia de Itaipu. Plano Museológico 2011-2014 (p.30).

esta etapa realizada junto ao sítio arqueológico Duna Grande para uma melhor compreensão dos assuntos expostos. Segue-se com uma visita à vila de pescadores, que possibilita aos alunos visitantes contrastar essa comunidade tradicional da região com ocupações modernas, que se caracterizam por construções, em sua grande maioria, irregulares. Em seguida, os estudantes são levados a visitar as ruínas do antigo Recolhimento de Santa Teresa, quando então são explorados temas como: o tipo de construção, as intervenções feitas no prédio ao longo dos anos, como se deu o tombamento do prédio etc. Logo após, o monitor conduz os alunos às exposições para que eles possam vivenciar tudo aquilo que foi repassado em sala de aula (Plano Museológico 2011 – 2014. p 37).

Pelo exposto, é notório que o MAI/MUSAI se debruça muito mais sobre os aspectos pré-coloniais da ocupação da área do que ao histórico do próprio prédio que abriga. Isso acontece devido à escassez de pesquisas acerca do Recolhimento, bem como à falta de maiores investimentos para sua realização. As raras oportunidades em que o Recolhimento - entendido como espaço de recolhimento de mulheres - é contemplado se dão nos eventos que o MAI/MUSAI realiza que torna possível a ampliação do reconhecimento do próprio museu na vida cultural da cidade, por exemplo, o Dia da Mulher.

O programa de pesquisa do MAI/MUSAI, se divide em três blocos. O Recolhimento de Santa Teresa é assistido pelo bloco II – Histórico-Arqueológico:

A Pesquisa Histórica volta-se ao estudo da história do Recolhimento de Santa Teresa, uma vez que persiste o problema da escassez de documentação relativa ao funcionamento da instituição. Até o presente momento a busca tem sido por documentos que possibilitem uma reconstituição das finalidades do Recolhimento de maneira fidedigna, por mais que essas fontes sejam insuficientes e reste a opção de operar por analogias com instituições semelhantes do mesmo período. Um passo importante foi o convênio assinado entre o MAI/MUSAI e o grupo de pesquisa intitulado Cultura documental, religião e movimentos sociais, do Centro de Ciências Humanas e Sociais da UNIRIO, que estabelece um cronograma comum de consultas a arquivos e de busca de documentos sobre o Recolhimento, resultando no projeto de pesquisa Remanescentes do Recolhimento de Santa Teresa: prospecções sobre usos e funções de um lugar de memória da freguesia de São Sebastião de Itaipu - séc. XVIII ao séc. XXI (Plano Museológico 2011-2014. p.43).

Nesse sentido, o MAI/MUSAI almeja a ampliação dos acervos/arquivos sobre o Recolhimento de Santa Teresa. Contudo, existe outro aspecto cabível de discussão acerca do MAI/MUSAI que está implicitamente relacionada com a mudança de seu nome: de Museu de Arqueologia de Itaipu para Museu SocioAmbiental de Itaipu. O MAI/MUSAI fica à beira-mar, numa praia frequentemente visitada, cercado por uma tradicional comunidade de

pescadores, por morros, dunas e o Parque Estadual da Serra da Tiririca – PESET¹⁶, que abriga uma grande área de mata atlântica. O PASET abrange todo o entorno do município de Itaipu até o município de Maricá¹⁷. A região, devido à especulação imobiliária, sofre com construções irregulares, com o crescente aumento desordenado de moradores e consequentemente com o aumento da poluição e uso indevido do meio-ambiente. Tudo isso gera desequilíbrio ecológico. Esses aspectos são contrários à vontade da comunidade tradicional, que deseja manter viva a memória referente ao bairro. Segundo o IBRAM, se tenta trabalhar a consciência histórico-arqueológica bem como identitária e ecológica da comunidade, e por essa razão, se propõe a mudança do nome do museu para SocioAmbiental de Itaipu, que não tem mais como foco exclusivamente a Arqueologia.

De acordo com o acervo de longa duração:

“Percursos do Tempo”, (...) [que] apresenta os vestígios das comunidades sambaqueiras, mas também insere barcos de pesca atuais, redes, a praia de Itaipu e aborda a importância da preservação da biodiversidade do local. Daí [mostra-se] a importância da esperada troca do nome de “Arqueologia” para “SocioAmbiental”, termo que, de modo algum, abre mão da arqueologia, já que esta pode ser encontrada na relação pretérita do homem com o ambiente. Assim o museu parece dizer que não se importa apenas com os mortos, mas que os vivos lhe interessam e que ele próprio é vivo e capaz de mudar: não é um estático centro de memória (Museu de Arqueologia de Itaipu. Coleção Museus do IBRAM, 2014. p. 41).

Nesse sentido, o novo nome faria jus aos novos objetivos do museu, que consistem em contemplar a relação mais ampla do homem para com o ambiente. Apesar da troca do nome de “Arqueologia” para “SocioAmbiental” não abrir mão da Arqueologia propriamente dita, a ênfase no desenvolvimento da relação do homem com o meio ambiente, associado à realidade do que de fato entendemos por recolhimento, pode contribuir para que o MAI/MUSAI silencie, aos poucos, as histórias que permeiam sua própria sede.

¹⁶ A construção do PASET ocorreu por aclamação popular semelhante à forma como se deu o Tombamento das Ruínas, que contou com o apoio da comunidade.

¹⁷ Abrange o Morro das Andorinhas onde vive seu Bichinho, um antigo morador da região que conta histórias de antepassados. Abrange a Duna Grande, um sítio arqueológico tombado, e pretende abranger as Ilhas Pai e Mãe de menina de onde os primeiros habitantes da região tiravam os mariscos dos quais se alimentavam.

CAPÍTULO 2

2.1 ORIGENS, OBJETIVOS E FUNÇÕES SOCIAIS DAS CASAS DE RECOLHIMENTO

Entre os séculos XVI e XVIII, dá-se a transição de uma sociedade feudal para a capitalista, o que consensualmente equivale ao que se denomina Idade Moderna. Datam desta época os espaços para recolhimentos de mulheres. Esse período possibilitou uma nova forma de conceber o mundo, uma vez que nele ocorreu uma série de transformações, como, por exemplo, a expansão marítima do século XVI, que influenciou diretamente na economia mundial; e já no século XVIII, o Iluminismo e o maior desenvolvimento das ciências, que consequentemente influenciaram a mentalidade da sociedade da época, refletindo em mudanças no estilo de vida, no consumo e nos meios de sociabilidade. E qual foi o papel da mulher no contexto dessa sociedade, e porque foi necessária a criação de casas de recolhimento?

Izabel Morant, em *Historia de las mujeres en España y América Latina*, tece um debate acerca da natureza, diferença entre os sexos e os lugares que cada um deles – homens e mulheres - deveriam ocupar na sociedade¹⁸. Ela salienta que essas discussões tiveram picos e menciona que um dos primeiros se deu por Feijoo num discurso intitulado como *Defensa de las mujeres*¹⁹, que rebate os argumentos referentes à inferioridade física, intelectual e moral que a mulher sofria naquele contexto. Feijoo defende em seu discurso que homens e mulheres são seres racionais, e pelo fato de a razão não ter sexo, faz-se com que homens e mulheres dotem da mesma capacidade intelectual. No entanto, as desigualdades educacionais e sociais a que estavam sujeitas, impedem esse desenvolvimento intelectual. Feijoo reitera ainda que:

Estos discursos contra las mujeres son de hombres superficiales. Ven que por lo común no saben sino aquellos oficios caseros, a que están destinadas; y de aquí infieren (...) que no son capaces de otra cosa. El más corto lógico sabe, que de la carencia del acto a la carencia de la potencia no vale la ilación; y así, de que las mujeres no sepan más, no se infiere que no tengan talento para más (FEIJOO, 1726).

Posteriormente, o autor foi acusado de alterar a ordem natural e providencial que justificava a inferioridade da mulher. Contudo, Morant ressalta que as obras de Feijoo contribuíram para que os argumentos misóginos fossem caindo em desuso²⁰.

¹⁸ MORANT, Izabel. *Historia de las mujeres em Espanã y américa latina*. Vol. II, 2006, p. 480.

¹⁹ FEIJOO, Benito Jerónimo. *Defensa de las mujeres in Teatro crítico universal de errores comunes (1726-1739)*, discurso XVI. Disponível no site: <http://www.filosofia.org/bjft/bjft116.htm>

²⁰ MORANT, Izabel. *Historia de las mujeres em Espanã y américa latina*. Vol. II, 2006, p. 482.

Já no fim da segunda metade do século XVIII, as mulheres começam a debater os argumentos mais comuns, que estavam longe de serem reflexões imparciais e expressavam um ponto de vista exclusivamente masculino, onde as mulheres apareciam sempre diminuídas no que diz respeito às capacidades intelectuais e morais, e é quando as escritoras femininas passam a reclamar seus direitos de igualdade.

Para muchas mujeres, el debate sobre las capacidades morales e intelectuales de su sexo, lejos de estar superado, seguía siendo um tema vivo, por el que se sintieron interpeladas de uma manera especial, conscientes de que la persistência de argumentos contrarios a la igualdad obedecía a inercias intelectuales e intereses arraigados que ellas pudieron sentir en carne propia (MORANT, 2006, p. 484).

O lugar da mulher, sob a justificativa providencial e natural, se resumia ao âmbito doméstico. Para as mulheres de classe popular, era oferecida uma instrução reduzida e prática, diferente das mulheres de classe médias ou da nobreza, que tinham a educação centrada nas artes de agradar, como música e dança, por exemplo, ou seja, as práticas educativas divergem de acordo com as condições sociais e as circunstâncias familiares. Em geral, elas deviam ser boas gestoras do lar, educar os filhos e desempenhar um bom papel frente às reuniões sociais. Morant aponta também que, ao longo do século, as questões educacionais para mulheres passaram a ter significado de prestígio e cultura, contudo, também tinham por função ensinar e propagar a cultura cristã.

Existiram alguns projetos de instituições laicas que tinham por intuito promover a educação dessas jovens, que precisavam aprender a cumprir com suas obrigações sociais, contudo, não foram projetos bem-sucedidos. Uma das consequências disto, segundo o senso de Floridablanca de 1787, exposto por Morant, é que existiram apenas 25 colégios para meninas, que abrigavam 642 alunas, em contraposição a 160 colégios para meninos, que abrigavam 3.793 alunos. Ademais, nem todas as famílias conseguiam inserir suas meninas nessas instituições, sendo necessário educá-las em casa.

As casas de recolhimento para mulheres tiveram início a partir do século XVI, na Europa, quando os poderes públicos espanhóis passam a se preocupar com os problemas femininos relativos à delinquência e prostituição. Surgiram instituições próprias à reclusão de mulheres, inicialmente arrendadas, cuja finalidade era regenerar e recuperá-las através da oração e do trabalho, para que pudessem voltar ao convívio social. Eram as chamadas casas de correção. Existiram também as casas de correção específicas destinadas às mulheres que

precisavam ser recolhidas à força, ou seja, mulheres que não se consideravam arrependidas²¹. María Dolores Pérez Baltasar acredita que “para poder hallar respuesta válida a la necesidad de creación de dichos centros hay que buscar sus orígenes en la mentalidad que sobre la conducta y la moral femininas se ha tenido antes y después de la Edad Media” (BALTASAR, 1985, p. 14). A autora salienta, inclusive, que a existência da prostituição foi em parte aprovada pelo poder durante a Idade Média, onde as prostitutas eram separadas do resto da população e ficavam em lugares específicos, nas chamadas casas de mancebia²². A mulher era considerada sexo frágil e como descendente de Eva tinha grandes chances de cair em tentação e se submeter muito mais facilmente ao pecado, por isso, deveria ser a todo custo afastada de possíveis causas que a levassem à corrupção.

Baltasar desenvolve, ainda, teoria a respeito das causas que poderiam levar a mulher à prostituição. Levando-se em consideração a inserção em uma sociedade de caráter paternalista, a mulher era considerada um elemento sem existência fora da influência masculina. Assim, a autora atribui a prostituição como consequência das guerras, que acabavam por gerar uma grande quantidade de órfãs e viúvas, as quais, sem os meios de subsistência por parte de seus provedores, não tinham escolhas a não ser se submeter a esmolar ou se prostituir.

La sociedad descargaba de esa manera toda suerte de injurias y de responsabilidades sobre aquellas mujeres públicas, pero no así sobre los hombres, que mantenían y hacían posible la existencia de las Casas de prostitución o mancebías.” Foi o que disse Josefina Muriel, reclusa junto a outras prostitutas em casas de prostituição²³.

Contudo, durante os séculos XVII e XVIII, acentua-se a preocupação em relação a aspectos morais e de bons costumes, fazendo com que a permissão de locais para exercer a prostituição passe a ser considerado como algo prejudicial à sociedade. Como resolver, então, o problema da prostituição? Centros de correção com forte caráter disciplinar. Esses centros de correção tiveram ora iniciativa pública, ora privada, e eram os meios pelos quais as mulheres poderiam encontrar novo sentido e caminho na vida, onde “deviam pagar e corrigir suas culpas”. Ademais, essas casas de recolhimento tiveram funções um tanto genéricas e, no

²¹ BALTASAR, María Dolores Pérez. *Orígenes de los recogimientos de mujeres*. Cuadernos de Historia Moderna y Contemporánea, V. I. Edit. Univ. Complutense, 1985. p. 13.

²² Ibidem, p. 14.

²³ Muriel, Josefina, op. cit., p. 32 apud BALTASAR, María Dolores Pérez. *Orígenes de los recogimientos de mujeres*. Cuadernos de Historia Moderna y Contemporánea, V. I. Edit. Univ. Complutense, 1985. p. 15.

limite, visavam a amparar mulheres com problemas sociais (ou mulheres que eram o próprio problema social).

Para Algranti²⁴, as casas de recolhimento se constituíram como uma espécie de apêndices dos conventos, onde as mulheres levavam uma vida reclusa, sem, contudo, efetuarem os votos solenes: “Recolhimento é uma casa religiosa organizada à maneira de convento, mas sem votos” (MORAIS, 1956 apud ALGRANTI, 1992, p. 87).

Tem-se como exemplo emblemático a respeito dos objetivos das casas de recolhimento, o caso de D. Teresa de Jesús María, que foi recolhida na Santa Casa de Misericórdia em 1751, na Bahia, contra sua vontade. Este recolhimento, inaugurado em 1716, era destinado a recolher jovens de classe média em idade de se casar, mulheres viúvas e solteiras de boa reputação que pagavam pelo alojamento e por sua alimentação e eram recolhidas mulheres cujos maridos se ausentavam ou maridos que as abandonavam (MANSO, 2007, p. 331).

Dona Teresa de Jesús passava por um processo de divórcio no período considerado como apogeu dos recolhimentos, e no qual a mulher ainda era considerada como parte subalterna da sociedade, inferior e submissa à proteção masculina. Dona Teresa, uma mulher da nobreza, viúva de seu primeiro marido e com 50 anos de idade, casou-se novamente, com Francisco Manuel da Silva, primo de seu falecido marido. Em 1751, ela deu início ao processo de divórcio por conta de maus tratos físicos e ofensas injuriosas, devidamente testemunhados. Como dito anteriormente, a mulher fora da influência masculina ia contra os costumes morais da sociedade, portanto, Dona Teresa não podia se divorciar e viver sozinha (MANSO, 2007, 336-337).

Ela foi depositada numa espécie de prisão doméstica (ainda não era o recolhimento), ficando neste local por pouco tempo e direcionada ao Recolhimento da Santa Casa de Misericórdia logo em seguida. Para que fosse admitida, seu marido se comprometeu a pagar um elevado dote (compromisso que não foi cumprido). Dona Teresa, contudo, enviou várias petições ao Rei expondo a injustiça e violência a que havia sido vítima, além de tentar demonstrar que foi vítima de uma trama para deixá-la sem fortuna:

La demandante, lejos de conformarse con la decisión, tomó una actitud dinámica, legalista, empeñándose en demostrar que era víctima de una trama montada para dejarla sin fortuna. En realidad, todas las certificaciones aportadas y basadas en las declaraciones de los testigos, e incluso los testimonios de los

²⁴ Leila Mezan Algranti, cuja pesquisa de Doutorado tem como objeto de pesquisa a condição feminina nos conventos e recolhimentos do Sudeste do Brasil, no período de 1750-1822.

presumibles responsables de su prisión, acaban por darle la razón en sus quejas, lo que de hecho se tradujo en la salida del Recogimiento, para ser entregada en la casa de su yerno (MANSO, 2007, p. 338.).

Em sua defesa, Francisco Manuel da Silva, que se apresentava como homem de negócios, já residindo em Lisboa, alegava que a causa do divórcio se dava por conta de ameaças que vinha sofrendo por parte de Manuel Fernández da Costa e Juan López Fiuza Barreto, filhos de Dona Teresa, a quem ele aponta como responsáveis por seu divórcio. Dessa forma, ele se transforma em vítima. Acusou a mulher de ser despótica e que não falava com sua família desde que tinha se tornado viúva e somente depois do segundo casamento se reconciliou com seus dois filhos. Francisco Manuel diz que ela fora enviada ao recolhimento por seu forte “gênio” e que por isso ninguém na cidade a queria recolher. Para confirmar sua versão, ele apresentou cinco testemunhas, sendo que quatro viviam em Portugal e somente uma na Bahia (MANSO, 2007, p. 340).

Segundo as autoridades baianas, o ato de recluir-la foi uma decisão correta não só por conta de “seu gênio”, mas também pelo “mau exemplo” que Dona Teresa deu ao se casar com um simples administrador. Finalmente, por conta de problema de saúde, da falta de pagamento por parte de seu marido para mantê-la reclusa e pelo mau exemplo que ela dava às moças ali recolhidas, Dona Teresa deixa o recolhimento em 1761 (MANSO, 2007, p. 341-343).

Dona Teresa de Jesús María, que não existia para a sociedade, independente de pertencer à nobreza, uma mulher cuja trajetória de vida explicita um discurso completo de dominação masculina, muito provavelmente foi reclusa por castigo.

Em geral, as casas de recolhimentos para mulheres surgiram a partir de demandas de uma sociedade cuja mentalidade esteve (está) submersa em uma cultura patriarcal, onde a mulher, fora da influência masculina, não tem importância. Nesse contexto, cabe ressaltar que, em prol da moral e dos bons costumes que se admitiam como certos, a sexualidade feminina ser devia ser rigorosamente controlada e as instituições de enclausuramento tiveram importante papel nesse sentido.

CAPÍTULO 3

3.1 O RECOLHIMENTO DE SANTA TERESA DE ITAIPU

Em 1716, na região de Itaipu²⁵, freguesia de Niterói, foi erguida uma capela dedicada a São Sebastião, que em 1721 tornou-se uma paróquia independente. Junto à matriz havia um recolhimento para mulheres, a Casa de Recolhimento de Santa Teresa de Itaipu²⁶, destinada a mulheres que precisavam ser castigadas ou redimir-se de culpas. Seu fundador, Manuel da Rocha, conhecido como protetor do bem comum, principiou o uso do recolhimento em 17 de junho de 1764, quando recebeu as primeiras mulheres que ali foram abrigadas ²⁷.

Diferente das outras duas casas de recolhimento que existiam no Rio de Janeiro, a de Itaipu ficou conhecida por não ser um “local de boa índole”, o que muito possivelmente explica sua localização mais remota, próxima ao mar, que à época se tratava de uma região cujo acesso era um tanto limitado e afastado do convívio social.

O Recolhimento da Santa Casa de Misericórdia, fundado em 1740, primeira casa de Recolhimento do Rio de Janeiro, era uma casa destinada a meninas órfãs que seriam preparadas para a vida matrimonial, no entanto, poderiam ser acolhidas mulheres “(...) “porsionistas”, isto é, hóspedes que através do pagamento de suas “porções” desfrutariam dos benefícios comuns juntamente com as educandas” (ALGRANTI, 1992, p. 117). Segundo Algranti, a existência dessa cláusula nos estatutos do recolhimento acabou por alterar o perfil do recolhimento e fez com que o número de porsionistas ultrapassasse em grande escala o número de órfãs. Isso esteve relacionado com a preocupação da sociedade colonial com a honra feminina, porque viam a instituição como uma forma de manter as meninas seguras e longe de qualquer possibilidade de corrupção referente à ordem moral e os bons costumes que a sociedade pregava. O Recolhimento do Parto²⁸ e o Recolhimento de Itaipu talvez tenham surgido possivelmente devido à demanda que o primeiro já não conseguia suprir. Diferentemente do Recolhimento da Santa Casa de Misericórdia, os dois posteriores

²⁵ Em alguns documentos podem aparecer como Itaipú, Taipú ou até mesmo Itaipúig.

²⁶ De acordo com o disposto no Anexo A, se trata de uma construção em alvenaria de pedra com molduras de cantaria; sua planta consiste de um retângulo que mede de 46,40 x 26,60 e a predominância das linhas horizontais se deve a pouca altura do pé direito e a grande largura dos vãos, onde algumas paredes parecem ter sido interrompidas muito provavelmente por estarem muito próximas ao mar.

²⁷ IPHAN, processo 0365-T-46 – Seção de História, p. 20. Vide anexo C.

²⁸ Algranti diz que não se sabe ao certo quando o Recolhimento do Parto começou a funcionar, sua construção, no entanto, teve início por volta de 1752 e a instituição recebeu mulheres até 1788. Em 1789 sofreu um incêndio que danificou parte das dependências da instituição.

destinavam-se em especial a mulheres “arrependidas”, sendo o de Itaipu, devido à fama que adquiriu, reservado às mulheres ditas transgressoras da moral e dos bons costumes. Através da crônica de Joaquim Manuel de Macedo, Algranti diz:

Sob o tom anedótico e pitoresco, Joaquim Manuel de Macedo cumpre sua função de romancista de costumes, reavivando na memória imagens que ainda se faziam sentir na época em que viveu e desapareceram posteriormente. As lembranças envoltas numa aura de mexericos não deixam de ser impressões reveladoras dos sentimentos da população em relação às instituições femininas de clausura. É com muita graça que informa ao leitor, por exemplo, que o fundador do recolhimento de Itaipu recebeu o título de "Protetor do Bem Comum" e acrescenta: "... como o chamaram pela sua parte as senhoras, não sei. Mas sou capaz de jurar que foram os máus maridos que inventaram aquele título...".

A crônica traz à tona, ainda, a imagem de que nem os recolhimentos leigos nem as mulheres que os habitavam gozavam de boa fama no Rio de Janeiro dos vice-reis. Coincidentemente, o intendente da polícia da cidade, no início do século XIX, era bastante explícito ao sugerir a um honrado militar que não colocasse sua esposa no Recolhimento de Itaipu por não ser local adequado. Propunha como alternativa uma vaga no Recolhimento da Misericórdia (ALGRANTI, 1992, p. 123)²⁹.

A preocupação com a moral e os bons costumes era de responsabilidade da sociedade como um todo: os homens deveriam proteger as mulheres e estas deveriam se compromissar em andar conforme as diretrizes da sociedade. Pode-se observar um exemplo disto através de uma carta que Marinho de Melo e Castro, Secretário de Estado e da Marinha, enviou ao Vice-Rei em 1794:

O príncipe Nosso senhor he servido, que V. Ex^a mande averiguar por um Ministro de sua confiança e debaixo do maior segredo, do procedimento de Isabel Joaquina, e de sua filha Luíza Engracia, Viuva, e filha de Pedro José Ferreira de Souza. E he sua alteza outro sim servido, que achando V. Ex^a fatos por onde se conheça irregularidade do seu comportamento, as mande recolher no Recolhimento de Taypu, ficando os parentes das sobreditas obrigados a lhe assistirem com os mesmos diários, que tem as outras que se acham ali recolhidas³⁰.

Devido à falta de documentação, não é possível afirmar se elas foram recolhidas, nem mesmo identificar os tipos de irregularidades a qual a carta se referia. Isabel Joaquina, na condição de viúva, ou seja, condição esta que a deixava fora da influência masculina, se apresenta como elemento passível de corrupção devido à sua condição de mulher que, provavelmente, se agrava pelo fato de ser mãe de Luíza Engrancia. Duas mulheres à mercê da sociedade.

²⁹ Algranti se refere aos escritos de Joaquim Manuel de Macedo, “A Capela e o Recolhimento de N^a. S^a. Do Parto” in *Um passeio pela cidade do Rio de Janeiro*, RJ, 1916, pp. 295 – 350.

³⁰ ANRJ. Códice 67, volume 18, p. 208.

Numa outra carta ³¹, enviado ao Príncipe Regente de Portugal em 1802, Antônio Roza Correa escreve solicitando que sua esposa, Eugenia Maria de Jesus, seja recolhida em “Itaipu”. Na carta, o marido de Eugenia Maria diz que eles viviam muito bem até o dia em que seu sogro faleceu. Posteriormente, sob influência de sua mãe, Engenia Maria pede o divórcio sob a justificativa de adultério (por parte de seu marido). Antônio Roza crê que o melhor a ser feito é recolhê-la, pois “não há coisa mais prejudicial ao Estado do que a libertinagem das mulheres casadas, principalmente quando se valem do divórcio, para viverem a sua liberdade e entregues a desordem” e diz ainda que, de lá só pudesse sair mediante sua autorização³².

Assim como na anterior, não é possível estabelecer o desfecho quanto ao futuro de Eugenia Maria, no entanto, é possível identificar por parte da sociedade certo controle quanto à honra e a sexualidade feminina que “se tornou objeto de preocupação, através de um discurso normatizador que foi imposto às elites portuguesas como o símbolo de um aparente ‘processo civilizatório’” (CUNHA, 2014, p.14).

A questão da sexualidade feminina precisava ser controlada, porquanto sua possível libertinagem representava um comportamento incoerente para com a moral tida como certa. Assim, acusações de concubinato eram estaremcedoras, geravam escândalos e desonra tanto para família como para toda a sociedade em geral. A exemplo disso, temos o caso de Maria Teresa de José, acusada pelo seu cunhado, João Medeiros Gomes, de “viver fora do marido (Luis da Cunha Sales) há anos em casa de Joaquim Grampe, em público concubinato”³³, e pelo fato de seu irmão não dispor de condições financeiras, solicitou-se que fosse recolhida em Itaipu.

Infelizmente, muito pouco se sabe acerca do período de funcionamento da casa de Recolhimento de Santa Teresa. Porém, é possível deduzir a partir das características das demais casas de recolhimento, aspectos exclusivos que tornam muito peculiares as histórias encravadas nos remanescentes de Itaipu. O primeiro aspecto interessante é referente à localização geográfica dessas instituições, sendo o recolhimento de Nossa Senhora do Parto e

³¹ ANRJ. Códice 67, volume 29, p. 67, 68 e 69.

³² Nesse sentido vale pensar o significado do matrimônio para essa sociedade. Esse sacramento de certa forma está ligado à reafirmação do papel das mulheres enquanto esposas e mães e por isso foi muito incentivado, enquanto que o ingresso em conventos fora dificultado. Essa dificuldade se liga a uma política de povoamento, afinal era necessário que os homens da elite tivessem com quem se casar. Segundo Algranti, o matrimônio se tratava de uma espécie de “‘remédio’ para sexualidade tanto dos homens como das mulheres, o sexo, antes condenado totalmente, passou a ser permitido segundo normas estritas e para apenas o cumprimento da ordem divina da multiplicação da espécie” (ALGRANTI, 1992, p. 128-129).

³³ ANRJ. Códice 67, volume 31, p. 256.

o da Santa Casa de Misericórdia instalados no centro da cidade do Rio de Janeiro, em contraposição ao de Santa Teresa, localizado em Niterói, no bairro de Itaipu, cujo acesso era dificultado devido à sua distância dos centros urbanizados³⁴.

Um dos motivos mais comuns que levaram as mulheres ao Recolhimento de Itaipu foi o divórcio. Vejamos a história que o documento 74, caixa 199 do Arquivo Ultramarino, datado de 1802, nos conta: a Sra. Ana Maria de Jesus – natural do Rio de Janeiro, onde nasceu por volta de 1772 – e o Sr. Antonio da Rosa Corrêa (...) casaram-se no dia 26 de janeiro de 1793, e assim permaneceram durante nove anos quando, então, a esposa pediu o divórcio e seu marido solicitou que ela fosse depositada nos confins do *subúrbio da Cidade do Rio de Janeiro*, ou seja, no Recolhimento de Itaipu, para que ficasse bem longe dos seus olhos (SALADINO et. al 2013).

Conforme disposto no anexo B, é possível conceber o quão inóspita era a região, logo, a localização muito provavelmente viria associada ao caráter punitivo, pois o convívio social de fato era cerrado. Conforme documento³⁵ apresentado no anexo I, temos uma planta baixa do MAI/MUSAI construída em 1958 que nos permite conceber que quando em pleno período de funcionamento das atividades do Recolhimento de Santa Teresa, as mulheres ali reclusas viviam em cerca de aproximadamente 1234,24 m² de terreno³⁶.

“Sua planta é um retângulo, medindo 46,40 de comprimento por 26,60 de largura. A predominância das linhas horizontais, devido à pouca altura do pé direito e à grande largura dos vãos, dá-lhe um aspecto de calma solidez. Não existe simetria no conjunto mas há elementos dispostos simetricamente em relação à entrada principal, que parece ser o centro de uma construção que não chegou a seu fim.

(...) Ao fundo, do lado direito destaca-se a capela (...) com porta almofadada e ferragens primitivas. Esse pátio é formado por três corpos de construção e um muro que dá para o exterior (...) e mais duas janelas. Um corredor descoberto liga esse pátio a um segundo pátio cercados por arcadas baixas e por uma grande galeria medindo aproximadamente 30 metros de comprimento com vestígios de inúmeras divisões.

As paredes do lado direito parece terem sido interrompidas, talvez, por já se achar a construção muito próxima ao mar”³⁷.

A partir dessas informações, é possível vislumbrar minimamente como eram fisicamente os espaços onde se recolhiam as mulheres, bem como conceber o seu entorno: uma área de 1234,24 m² de terreno, numa região afastada dos grandes centros urbanos à época, com poucas janelas com vista para o exterior e com poucos cômodos ou salas, se comparado com o recolhimento da Santa Casa de Misericórdia³⁸.

³⁴ Vide Anexo G

³⁵ IPHAN. Arquivo Noronha Santos, ANS04645, Rio de Janeiro.

³⁶ Não necessariamente de área construída, embora existam vestígios de inúmeras divisões.

³⁷ IPHAN, processo 0365-T-46 – Seção de História. p. 1.

³⁸ Vide Anexo J. O Recolhimento da Santa Casa de Misericórdia era composto por 3 pavimentos. No entanto, a planta baixa do 3º pavimento não pode ser inserida por conta de suas dimensões – 44x104 cm. Contudo, é

De acordo com a planta³⁹ geral do pavimento superior da Santa Casa de Misericórdia, é possível identificar 41 salas, cada qual com sua finalidade; por exemplo, sala da comunidade, salão de honra, biblioteca, quartos particulares, quarto dos médicos, quarto do padre, capela, enfermarias, clínicas cirúrgicas, refeitórios etc. Na planta⁴⁰ geral do térreo, é possível identificar outras 51 salas, que comportam enfermarias, salas de aula, quarto de café, depósito, quarto de empregada, cozinha, salas de operações, refeitório das crianças, banheiros, ambulatório, vestíbulo, consultórios e afins. Segundo a planta de situação⁴¹, este recolhimento dispõe de 2936,85 m² de área total construída. O que significa dizer que o recolhimento da Santa de Misericórdia é aproximadamente 2,5 vezes maior que o Recolhimento de Santa Teresa, e a julgar pela composição de cada construção, o primeiro dispunha de uma infraestrutura altamente superior se comparado o segundo. Elementos como estes reforçam o caráter punitivo que permeava o Recolhimento de Santa Teresa de Itaipu.

Fato é que, se foi necessário isolar mulheres da sociedade, significa que de alguma forma elas não aceitavam o destino que lhes foram reservados.

possível perceber que se trata possivelmente de um grande salão, duas salas e duas áreas externas (varandas), cada qual numa extremidade da sala.

³⁹ IPHAN. Arquivo Noronha Santos, ANS02917, Rio de Janeiro.

⁴⁰ IPHAN. Arquivo Noronha Santos, ANS02916, Rio de Janeiro.

⁴¹ IPHAN. Arquivo Noronha Santos, ANS06822, Rio de Janeiro.

CAPÍTULO 4

4.1 EDUCAÇÃO PATRIMONIAL E PERMANÊNCIAS DO PATRIARCADO

As casas de recolhimento para mulheres que existiram durante o período colonial tem suas histórias ainda mantidas em silêncio. Esse silenciamento é reafirmado paulatinamente com a omissão por parte de órgãos públicos, os principais responsáveis pelo processo de conscientização sobre este passado. Cabe à Educação Patrimonial, através de seu conjunto de especificidades e objetivos, intervir estrategicamente, possibilitando que gerações presentes e futuras tenham como refletir sobre esse passado esquecido, e mais ainda, possibilite que as pessoas se apropriem e se identifiquem com ele, em especial as mulheres, ainda vistas sob o viés patriarcal.

A Educação Patrimonial “é um processo permanente e sistemático de trabalho educacional centrado no Patrimônio Cultural como fonte primária de conhecimento e enriquecimento individual e coletivo”⁴². Ela permite uma experiência a partir do contato direto com os bens, que possibilita que os indivíduos conheçam, se apropriem e valorizem essas heranças culturais.

Segundo o Guia Básico de Educação Patrimonial do IPHAN, o conhecimento crítico e a apropriação consciente pelas comunidades do seu patrimônio são fatores indispensáveis no processo de preservação sustentável desses bens, assim como no fortalecimento dos sentimentos de identidade e cidadania⁴³:

A Educação Patrimonial é um instrumento de “alfabetização cultural” que possibilita ao indivíduo fazer a leitura do mundo que o rodeia, levando-o à compreensão do universo sociocultural e da trajetória histórico-temporal em que está inserido. Este processo leva ao reforço da auto-estima dos indivíduos e comunidades e à valorização da cultura brasileira, compreendida como múltipla e plural.⁴⁴

Nesse sentido, o processo de Educação Patrimonial voltado ao Recolhimento de Santa Teresa é de fundamental importância, tratando-se de uma poderosa ferramenta no que se refere ao resgate das memórias daquele espaço, possibilitando que a comunidade, em especial as mulheres, conheçam, se identifiquem, e em última instância se apropriem da história feminina inscrita naquelas ruínas, pois, apesar das fontes serem escassas, não estão esgotadas.

⁴² GUIA BÁSICO DA EDUCAÇÃO PATRIMONIAL. Acesso em 05/2018 e disponível no site: http://portal.iphan.gov.br/uploads/temp/guia_educacao_patrimonial.pdf

⁴³ Ibidem, p. 5.

⁴⁴ Ibidem.

Sabemos que a condição feminina no Brasil colonial é bastante restrita e o desenvolvimento intelectual consequentemente impossibilitado. As mulheres precisavam ser controladas, do contrário, se corromperiam por conta do pecado original a qual estavam submetidas. Por esse motivo se fez necessário construir recolhimentos⁴⁵.

A Educação Patrimonial como ferramenta nessa investigação, nos permite traçar quais são as permanências dessas instituições nos dias de hoje e como isso afeta e influencia a vida das mulheres. “O monumento pode ser considerado como um importante objeto de análise sobre a condição feminina no período colonial e imperial, bem como sobre a instituição do patrimônio cultural do país (...)” (SALADINO et al. 2013).

A desigualdade de gênero, a partir do âmbito familiar, pode ser apresentada através das tarefas domésticas e do compromisso com a educação dos filhos, onde cabe à parte feminina toda responsabilidade, enquanto que à masculina cabe apenas o trabalho profissional (trabalhar fora), “salvo” casos daqueles que se valem de “eu ajudo minha esposa em casa e na educação dos filhos” como se, na realidade, fossem isentos dessas responsabilidades. Logo, no âmbito profissional, a vida da mulher sofre de um agravante por conta das justificativas anteriores. Afinal, como conciliar a vida doméstica e a profissional? Esses problemas se estendem e se refletem nos salários e até mesmo nos cargos que homens e mulheres recebem e ocupam. Outro aspecto importante remete à sexualidade feminina, que é ainda culturalmente reprimida, e os casos de adultério, por exemplo, altamente condenados, enquanto que a masculina é estimulada em todos os aspectos.

A sociedade patriarcal ainda é muito forte, pois a sociedade ainda espera da mulher uma série de comportamentos específicos, que reforçam o caráter paternalista e, quando o comportamento diverge do esperado, é possível que a mulher se torne alvo de discriminação e no pior dos casos alvo de agressão física.

Existe uma hierarquia entre o masculino e o feminino, fundamentado e naturalizado segundo uma tradição⁴⁶, onde o feminino consta como a parte inferior e subalterna. Nesse sentido, é importante buscar entender o que de fato significou o ato de recolher mulheres.

⁴⁵ Os recolhimentos, em alguns casos, também poderiam servir como uma segunda alternativa, pois as mulheres que eram acusadas de adultério, segundo as Ordenações Filipinas de 1603 previa que os homens podiam lavar sua honra com sangue, ou seja, detinham o direito de matar suas mulheres. A criação de uma casa de recolhimento serviria, para casos como este como forma de castigo, como uma espécie de prisão feminina.

⁴⁶ Trata-se de uma tradição cultural reproduzida pelo meio religioso, escolar e principalmente familiar.

Entender intimamente o significado das casas de recolhimento, o que eles representam e como corroboram com a luta das mulheres na atualidade.

CONCLUSÃO

As casas de recolhimento para mulheres tiveram funções um tanto genéricas, que se adaptaram de acordo com a demanda da sociedade – de caráter paternalista. Surgiram concomitantemente ao início da Idade Moderna, na Europa, e tiveram como auge o século XVIII. Em geral, essas instituições serviam para corrigir, educar e punir mulheres que agiam de forma contrária ao esperado no que se refere à moral, ou seja, não obedeciam aos padrões e diretrizes que regulavam a sociedade.

Nosso objeto específico, o Recolhimento de Santa Teresa de Itaipu, conhecido por ser um lugar para mulheres de má índole, foi tombado por reivindicações realizadas pela própria comunidade que o cerca. Apesar de a comunidade ter reivindicado e conhecer superficialmente ⁴⁷ a história dos remanescentes, não significa que se identificam de fato com o que esse recolhimento representa. Contudo, um aspecto crucial para a investigação acerca da história das ruínas pelo é o fato de ter se tornado sede do Museu de Arqueologia de Itaipu / Museu Socioambiental de Itaipu – MAI/MUSAI, uma instituição que através da Educação Patrimonial, pode ser uma poderosa ferramenta para preencher as lacunas existentes entre o período pré-histórico e o período pós-colonial. Contudo, apesar de o MAI/MUSAI ter enorme potencial para lidar com esse hiato, a nova ênfase que o próprio museu almeja, que é a de contemplar uma relação mais ampla do homem com o meio ambiente – daí o nome Socioambiental –, periga ir, desafortunadamente, de encontro às memórias das mulheres recolhidas em Itaipu. E é a elas, que, nesse momento, se precisa dar voz.

⁴⁷ Utilizo o termo “superficialmente” por conta da pouca quantidade de pesquisas que existem acerca dos remanescentes de Itaipu.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALGRANTI, Leila Mezan. *Honradas e Devotas: mulheres da Colônia: Condição feminina nos conventos e recolhimentos do sudeste do Brasil, 1750-1822*. Rio de Janeiro: José Olympio. 1992.

BALTASAR, María Dolores Pérez. *Orígenes de los recogimientos de mujeres. Cuadernos de Historia Moderna y Contemporánea*, V. I. Edit. Univ. Complutense, 1985.

CUNHA, Vanessa Meneguci da. *PROTEÇÃO, CORREÇÃO E EDUCAÇÃO: A utilização e a funcionabilidade da Casa de Recolhimento de mulheres de Santa Teresa de Itaipu entre os anos de 1776 e 1816*. 2014.

FEIJOO, Benito Jerónimo. *Teatro crítico universal de errores comunes (1726-1739)*, discurso XVI. Acessado em 14/05/2018 e disponível no site: <http://filosofia.org/bjf/bjft116.htm>

FERREIRA, Maria de Simone. *Museu de Arqueologia de Itaipu: camadas de memória de um palácio em Ruínas*. Anais do XV encontro regional de história da ANPUH-RIO, 2012.

IBRAM. Instituto Brasileiro de Museus. *Coleção Museus do IBRAM, Museu de Arqueologia de Itaipu / Eneida Queiroz – Brasília, DF: IBRAM, 2014*.

IPHAN. Arquivo Noronha Santos, ANS02917, Rio de Janeiro.

_____. Arquivo Noronha Santos, ANS02916, Rio de Janeiro.

_____. Arquivo Noronha Santos, ANS04645, Rio de Janeiro

_____. Arquivo Noronha Santos, ANS06822, Rio de Janeiro.

_____. *Processo de Tombamento dos Remanescentes do Recolhimento de Santa Teresa*. Processo nº 365-T-46. IPHAN/ DET. Rio de Janeiro, 1955.

_____. Horta, Maria de Lourdes Parreiras et al. *GUIA BÁSICO DE EDUCAÇÃO PATRIMONIAL*. MUSEU IMPERIAL /DEPROM – IPHAN – MINC.

LEI Nº 11.904, DE 14 DE JANEIRO DE 2009. Acessado em maio de 2018 e disponível no site: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/lei/111904.htm

MANSO, Maria D. B. 2007. “Mujeres en el Brasil Colonial: El caso del Recogimiento de la Santa Casa de la Misericórdia de Bahia a través de la Depositada Teresa de Jesus”. In: *Historias compartidas. Religiosidad y reclusión femenina en Espanha, Portugal y América. Siglos XV-XIX*. Coordenação de Rosalva Loreto Lopes (Un. De Puebla. México) e Maria Isabel Viforcós (U. Leon), 339 – 366.

MORANT, Izabel. *Historia de las mujeres em España y América Latina*. Vol. II, 2006.

Museu de Arqueologia de Itaipu. Plano Museológico 2011-2014, Niterói, 2011.

SALADINO, Alejandra et. al. Longe das vistas: o Recolhimento de Santa Teresa na Freguesia de São Sebastião de Itaipu *in* *Representações do feminino: olhares revisitados e contemporâneos org.* FERREIRA, Maria de Simone et. al. Caderno Socio Ambiental, nº1, 2013.

_____. Museu de Arqueologia de Itaipu: Ações pessoal na institucionalização do patrimônio nacional. ANPUH – XXIII Simpósio nacional de História – Londrina, 2005.

SOUZA, Helena V. L, Da história para a memória: A Transformação do Recolhimento de Santa Tereza no Museu de Arqueologia de Itaipu. XIII Encontro de História ANPUH-RIO, 2008.

ANEXOS

ANEXO A – Solicitação de tombamento do Recolhimento de Santa Teresa, por Alcides da Rocha Miranda.

 MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E SAÚDE

Ao Senhor Diretor da Divisão de Estudos e Tombamentos.

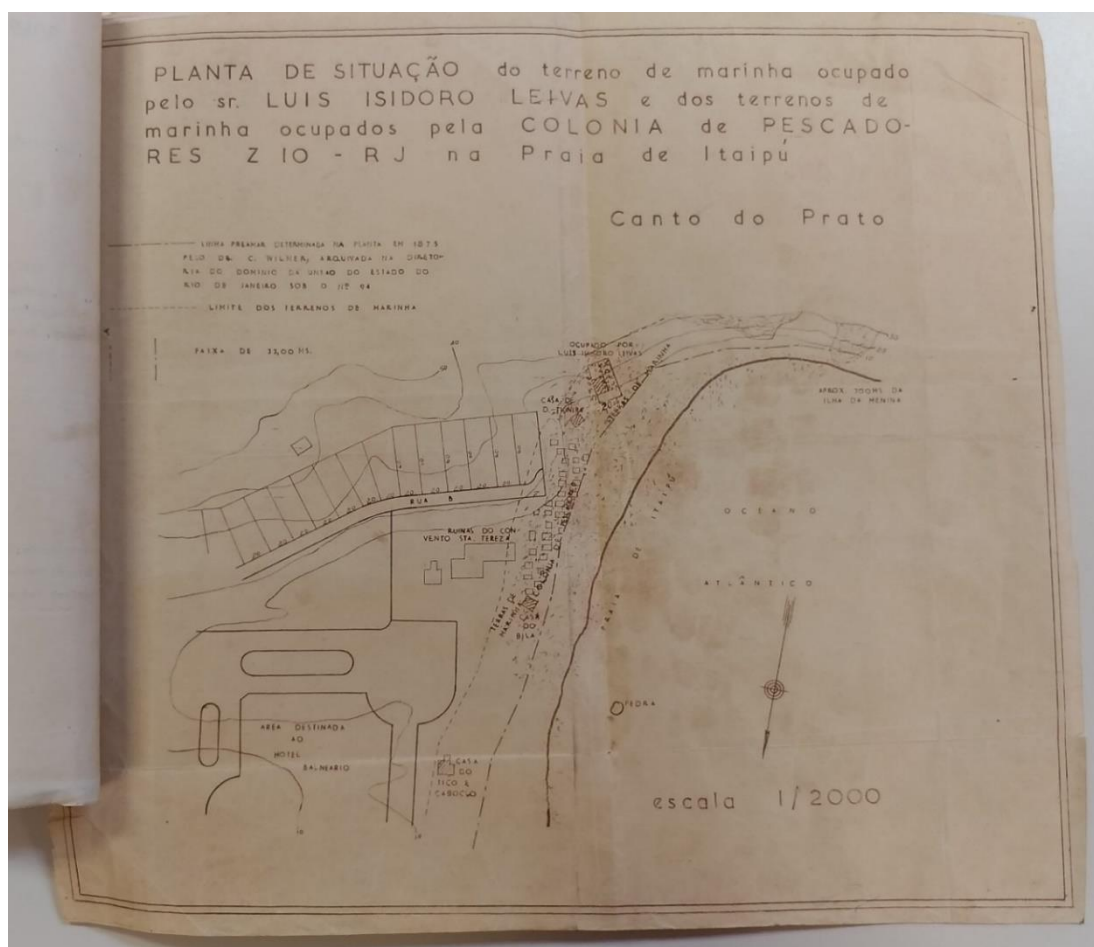
O Convento de Santa Tereza em Itaipú (Niterói, Estado do Rio) foi fundado em 1764 por Manuel da Rocha. Embora algumas de suas dependências já tenham desaparecido, o corpo principal do edifício ainda permanece com todas as suas características. Trata-se de uma grande construção em alvenaria de pedra com molduras de cantaria. Sua planta é um retângulo, medindo 46,40 de comprimento por 26,60 de largura. A predominância das linhas horizontais, devido à pouca altura do pé direito e à grande largura dos vãos, dá-lhe um aspecto de calma e solidez. Não existe simetria no conjunto mas há elementos dispostos simetricamente em relação à entrada principal, que parece ser o centro de uma composição que não chegou a seu fim.

Uma entrada com inscrição ilegível e uma data (1785) dá acesso a um pátio retangular com 14 metros de largura por 11 de profundidade. Ao fundo, do lado direito destaca-se a capela (ainda coberta) com porta almofadada e ferragens primitivas. Esse pátio é formado por três corpos de construção e um muro que dá para o exterior onde se acha a entrada a que já nos referimos e mais duas janelas. Um corredor descoberto liga esse pátio a um segundo pátio cercado por arcadas baixas e por uma grande galeria medindo aproximadamente 30 metros de comprimento com vestígios de inúmeras divisões.

As paredes do lado direito parece terem sido interrompidas, talvez, por já se achar a construção muito próxima do mar. Essa bela construção do século XVIII acha-se situada num trecho da praia de Itaipú que está sendo loteado para fins comerciais; torna-se portanto urgente a sua inscrição nos Livros do Tombo afim de podermos tomar medidas tendentes a preservá-la.

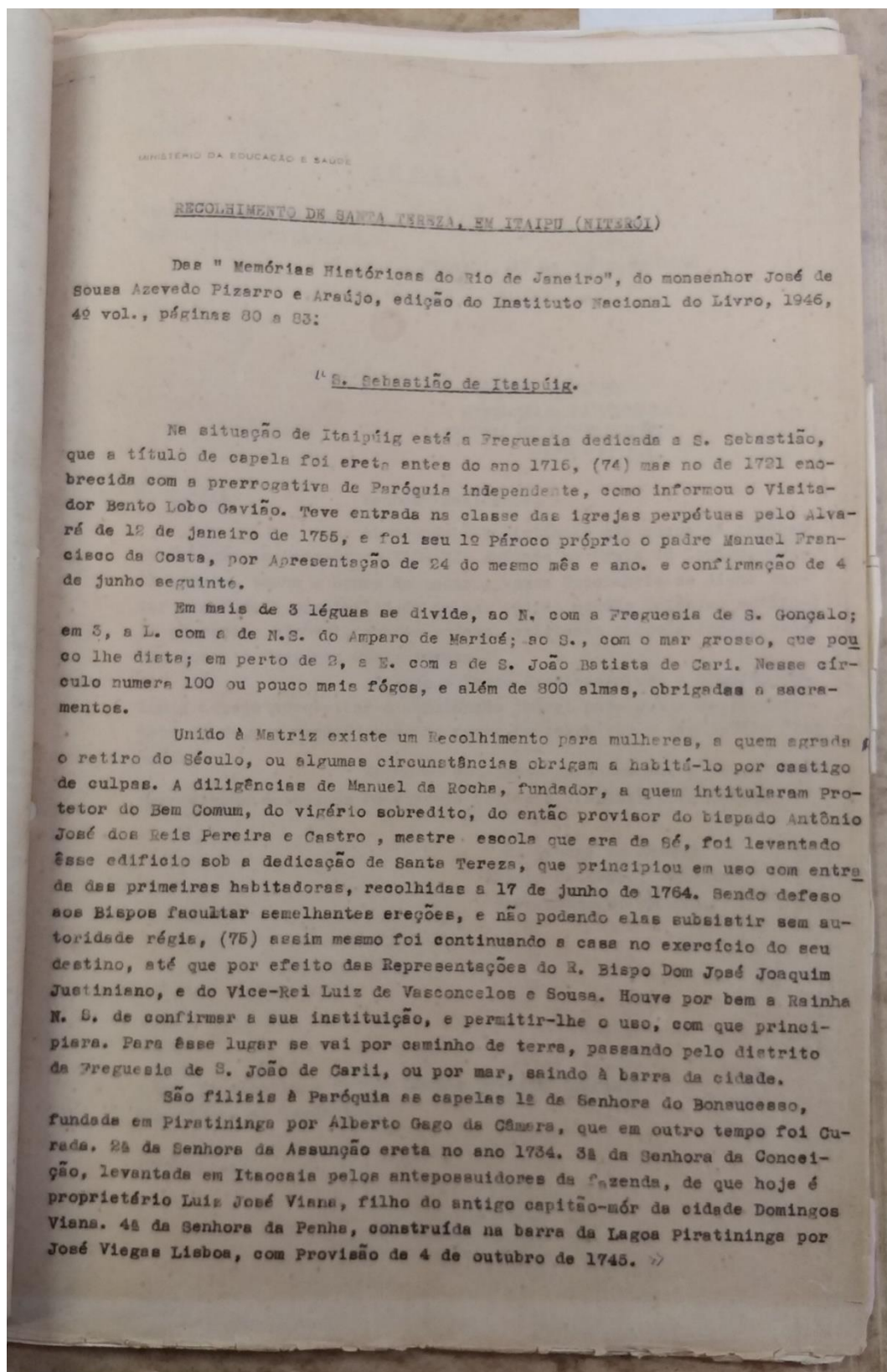
Em 16 de julho de 1946
Alcides da Rocha Miranda
Alcides da Rocha Miranda

ANEXO B – Planta de situação do terreno de Marinha ocupado pelo Sr. Luis Isidoro Leivas e terrenos de Marinha ocupados pela Colônia de Pescadores Z-10 – RJ, na praia de Itaipu.

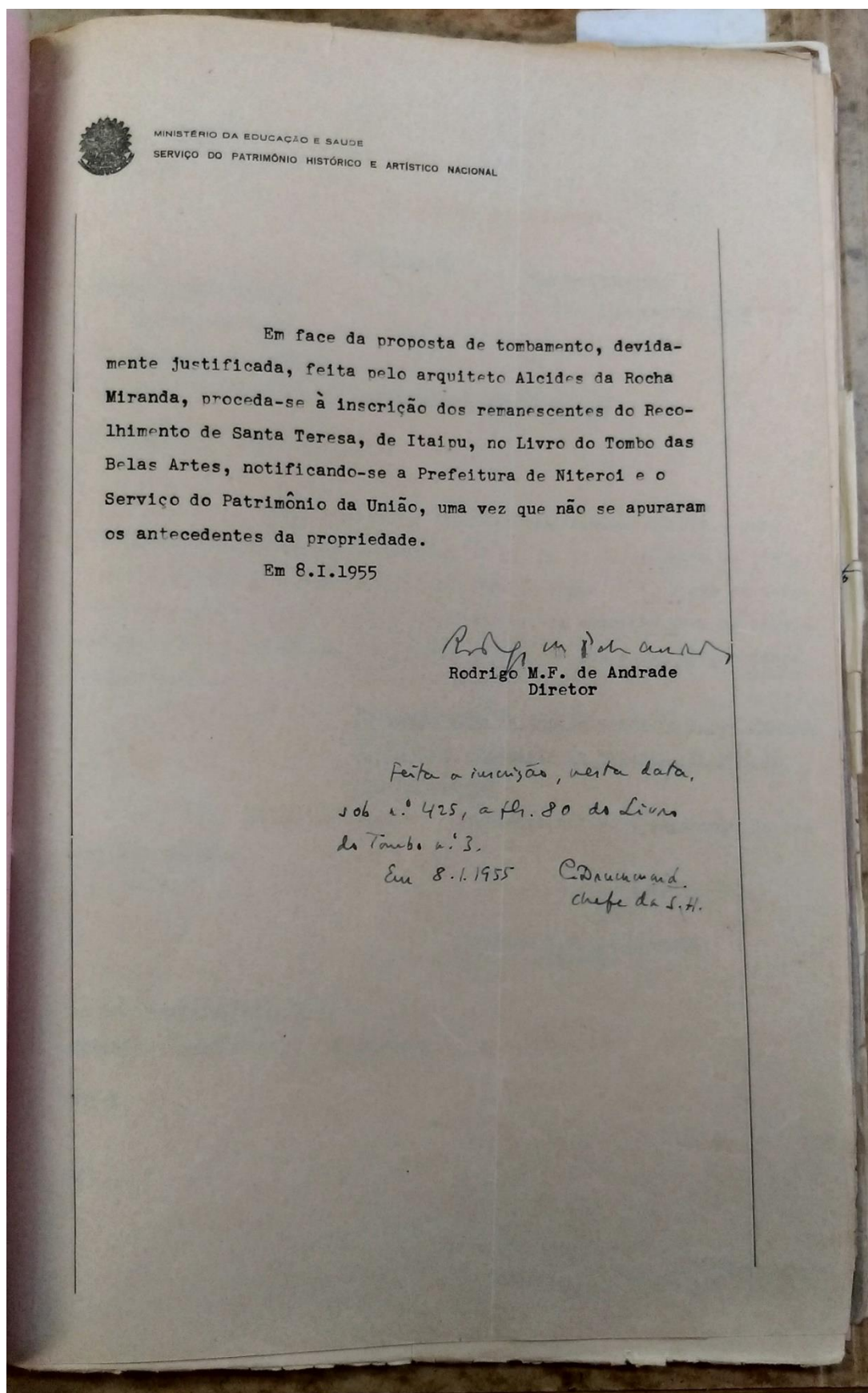


Detalhe do trecho que mostra parte do Recolhimento em terras de Marinha.

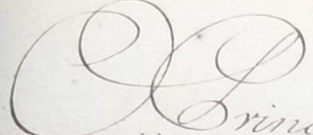
ANEXO C - texto "Memórias Históricas do Rio de Janeiro", do Monsenhor José de Souza Azevedo Pizarro e Araújo, edição do Instituto Nacional do Livro, 1946, 4º vol., p. 80 a 83: "S. Sebastião de Itaipúing".



ANEXO D – Inscrição dos Remanescentes de Santa Teresa no Livro de Tombo de Belas Artes em 8 de janeiro de 1955 – Arquivo Noronha Santos



ANEXO E – Carta enviada ao Vice Rei solicitando averiguação quanto ao comportamento de Izabel Joaquina e sua Filha Luíza Engrancia. - Arquivo Nacional


 P. Príncipe Nasso Senhor he servido, que
 V. Ex. mande averiguar por hum Ministro de
 sua confiança, e debaixo do maior segredo, do pro-
 cedimento de Izabel Joaquina, e de sua filha Lui-
 za Engracia, Viuva, e filha de Pedro Tozé Ferrei-
 ra de Souza: E he Sua Alteza outro sim servi-
 do, que achando V. Ex. factos por onde se conheça
 a irregularidade do seu comportamento, as man-
 de recolher no Recolhimento de Tapyti, ficando
 os Parentes das sobreditas obrigados alhe anisti-
 rem com os mesmos Diarios, que tem as outras
 que se acham ali recolhidas.

D. M. S. G. a V. Ex. Palacio de
 Queluz, em 13 de Julho de 1794.

Mart.º de Mello Castro

ARQUIVO NACIONAL

ANEXO F – João de Medeiros solicita o enclausuramento de sua irmã Maria Joaquina pois acredita que ela está vivendo um relacionamento extraconjugal – Arquivo Nacional.


 Ser
 Sr. Bacharel João de Medeiros Gomes
 natural da cidade do Rio de Janeiro e fora nomeado
 para a villa de Príncipe de Noronha e tendo se
 achado seu Pay na cidade e comtando a vida e hygieina
 em um qum. Carava com Luiz Ant. da Cunha Vellas e que
 Nivia em comp. de seu Pay e abandonou qum marido
 della tinha feito, comtando, digo qum irmã se tem
 portatudo e vive em actual concubinato e publico escan-
 dalo em casa d'Alex. Gramez Pont. do Rio de Alfia
 sag. lid. contra todo adecor, honra e bom educado
 e recebeu de seus Pais, e como a Mãe marido
 da Supp. de por mais diligencias qum tinha feito.

mas tem podido ap. ella seja recolhida em
 do qum Bispado e assim de evitar o escandalo
 hum Convento e causa dos uns Carantes
 e deshonra qum na Presencia de V. B.
 per isso sendo a Supp. e na Presencia de V. B.
 R. or. logo de uma Mãe p. este tão honroso
 fin.

O Sr. R. se digue qum Real
 P. de mandar p. a Regia Ar.
 qum a S. mo. Vic. Rei e Cap. p.
 qum estado de B. B. B. para
 recolher a irmã do Supp.
 Ma. B. a d. S. B. no f. B. B.
 ou Recolher de Pay p. B. B.
 justa razoes a Supp. d. B.
 R. B.

ANEXO G – As ruínas do Recolhimento de Santa Teresa em uma fotografia antiga.



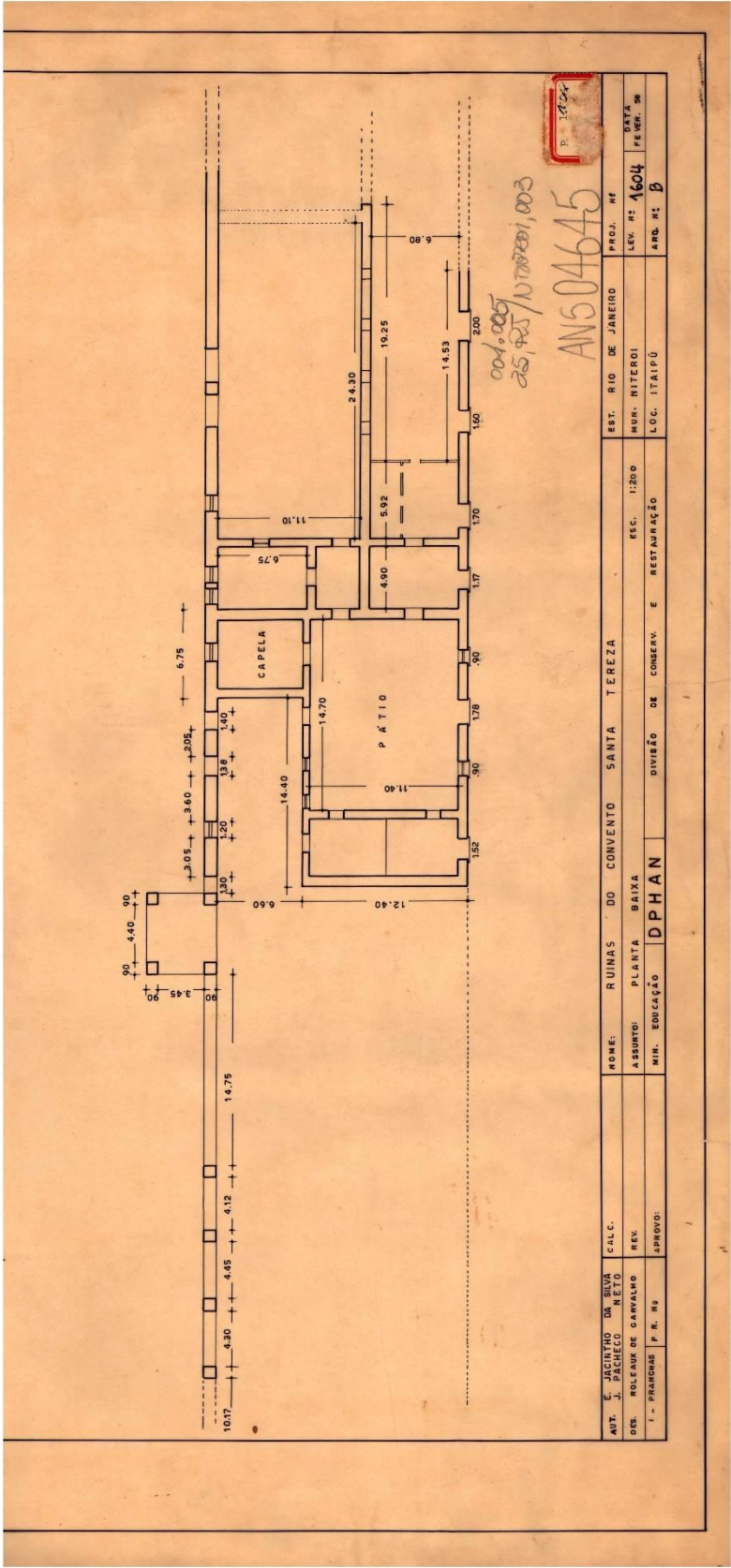
Foto: <http://historiasemonumentos.blogspot.com.br/2014/02/recolhimentosanta-tereza-em-itaipu-de.html>

ANEXO H – Atual fachada do MAI/MUSAI.



Foto: <http://cageonit.blogspot.com.br/2016/03/proximo-trabalho-de-campo-museu-de.html>

ANEXO I – IPHAN / Arquitetura – ANS04645 - Ruínas do Conv. Sta Tereza. Planta baixa. Museu: Arqueologia. Remanescentes do Recolhimento do Convento de Santa Tereza. (Niterói/RJ). 02/1958. Localização topográfica: M4G7 – N° Processo:365-T-46.



ANEXO J – IPHAN / Arquitetura – ANS2916 – Planta baixa do pav. térreo, nº1. Casa: Luzia (R. Sta.), 206. Santa Casa da Misericórdia. (Rio de Janeiro/RJ) / ANS02917 – Planta baixa do pav. superior, nº2. Casa: Luzia (R. Sta.), 206. Santa Casa de Misericórdia. (Rio de Janeiro/RJ) – Loc. Topográfica: M3G3 – Nº Processo: 10-T-38.

